

O feminismo negro como ferramenta para o desenvolvimento de uma educação antirracista

Stefany de Fatima Santos¹, Estela Aparecida Oliviera Vieira²

Resumo

Esta pesquisa objetivou explorar as contribuições do feminismo negro para uma educação antirracista e emancipatória. A metodologia foi qualitativa e exploratória, baseada em uma revisão narrativa. Inicialmente, foram selecionados 40 artigos com as palavras-chave “feminismo negro”, “educação antirracista” e “pedagogia”. Após uma triagem inicial, dez artigos foram escolhidos para leitura completa, e mais um foi adicionado pelas referências, totalizando onze textos. A análise estruturou-se em categorias que discutem: (1) o movimento feminista negro e seu contexto histórico; (2) a violência sexista contra a mulher negra; (3) conceitos sobre o racismo; (4) poder das ativistas nos movimentos feministas e negro: a trajetória de Lélia Gonzalez; (6) o campo educacional como meio reproduutor de racismo; (7) feminismo negro como auxiliador para uma educação antirracista. Os resultados evidenciam que o feminismo negro é uma ferramenta essencial para a construção de uma educação antirracista ao propor a reformulação de currículos eurocentrados, valorizando saberes e vozes negras. Sua incorporação no ambiente escolar contribui para a promoção da representatividade, o enfrentamento das opressões e o reconhecimento da diversidade. Conclui-se que a escola deve ser um espaço de debate e transformação, rompendo “pré-conceitos” para não se tornar um espaço de práticas racistas e de reprodução de opressões.

Palavras-chave

Feminismo negro. Educação antirracista. Currículo.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil. E-mail: sabtosstefany@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: profa.estelavieira@gmail.com.

Black Feminism as a tool for developing anti-racist education

Stefany de Fatima Santos¹, Estela Aparecida Oliviera Vieira²

Abstract

This research aimed to explore the contributions of black feminism to anti-racist and emancipatory education. The methodology was qualitative and exploratory, based on a narrative review. Initially, 40 articles were selected using the keywords “black feminism”, “anti-racist education”, and “pedagogy”. After an initial screening, ten articles were chosen for full reading, and one more was added from the references, totaling eleven texts. The analysis was structured into categories that discuss: (1) the black feminist movement and its historical context; (2) sexist violence against black women; (3) concepts of racism; (4) the power of activists in feminist and black movements: the trajectory of Lélia Gonzalez; (6) the educational field as a means of reproducing racism; (7) black feminism as an aid to anti-racist education. The results show that black feminism is an essential tool for building anti-racist education by proposing the reformulation of Eurocentric structures, valuing black knowledge and voices. Its incorporation into the school environment contributes to the promotion of representation, the confrontation of oppression, and the recognition of diversity. It is concluded that schools should be spaces for debate and transformation, breaking down “preconceptions” so as not to become spaces for racist practices and the reproduction of oppression.

Keywords

Black feminist. Anti-racist education. Curriculum.

¹ Graduated in Pedagogy, Federal University of Lavras, State of Minas Gerais, Brazil. Email: sabtosstefany@gmail.com.

² PhD in Education, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil. Email: profa.estelavieira@gmail.com.

Introdução

O feminismo negro surgiu da necessidade de dar visibilidade às histórias e demandas específicas das mulheres negras, que se encontravam marginalizadas em relação aos interesses sociais e políticos do feminismo hegemônico. No Brasil, o movimento ganhou força a partir da década de 1980, principalmente em resposta às reivindicações por melhores condições de trabalho, que ignoravam as questões raciais e as necessidades das mulheres negras. Desde o início, o feminismo negro apresentou-se como um “contradiscurso”, buscando desafiar o feminismo tradicional e questionar a ausência de políticas que atendessem à diversidade e reconhecessem as experiências das mulheres não-brancas (Costa, 2020).

O termo “feminismo negro” surgiu como resposta à invisibilidade e às opressões interseccionais que as mulheres negras enfrentavam, englobando não apenas o combate ao sexismo, como também a luta contra o racismo estrutural. Essa nova perspectiva questiona a abordagem do feminismo dominante, ampliando o foco para incluir temas como racismo, classe social e violência específica enfrentada por mulheres negras. Organizações como Geledés e Criola, assim como figuras proeminentes como Lélia Gonzalez, desempenharam papéis essenciais na formulação de um feminismo que reconhece a realidade única das mulheres negras, articulando gênero e raça para uma compreensão mais inclusiva e representativa da experiência feminina (Sebastião, 2010).

O esforço de Lélia Gonzalez (2020) e outras ativistas negras, como Sueli Carneiro (2015) e Núbia Moreira (2007), foi responsável pela consolidação do movimento feminista negro no Brasil. A atuação dessas mulheres possibilitou a promoção de um feminismo que dialoga diretamente com questões de raça, gênero e inclusão, inserindo demandas específicas das mulheres negras dentro e fora do movimento feminista hegemônico. Além disso, ocorre a emergência de coletivos de mulheres negras, como o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, que, a partir de encontros e debates nos anos 1980, fortaleceram a identidade e a visibilidade das pautas antirracistas e feministas no Brasil. Em 1985, durante o III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga, e no IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns em 1987, as mulheres negras expuseram sua insatisfação pela falta de representatividade no movimento feminista, denunciando a ausência de discussões voltadas para as relações raciais. Essas mobilizações culminaram no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em 1988, em Valença/RJ. Esse evento destacou-se profundamente ao unir mulheres de diferentes estados em uma agenda coletiva e interseccional (Gonzalez, 2020).

Lélia Gonzalez (2020) abordou temas que se referem à “tripla discriminação” enfrentada pelas mulheres negras, envolvendo raça, gênero e classe. Sua visão questionava as estruturas sociais e culturais que mantêm as mulheres negras em posições marginalizadas – um problema que ainda persiste na sociedade brasileira. Além disso, ela introduziu o conceito de “amefrikanidade” para valorizar a herança cultural africana e suas influências na América Latina, um tema que continua a influenciar o movimento negro e as discussões sobre identidade e ancestralidade. Ela foi precursora no debate sobre o “lugar de fala”, defendendo que as vivências das mulheres negras devem ser reconhecidas como fonte legítima de conhecimento, princípio que fortalece os movimentos sociais contemporâneos (Fernandes, 2021). Assim, as reflexões de Lélia ainda ecoam, inspirando ações e debates sobre igualdade racial e de gênero, decolonialidade e empoderamento das mulheres negras, consolidando seu papel como uma das principais intelectuais do feminismo negro no Brasil. Aparentemente, trata-se de uma questão antiga não compactuada com a realidade contemporânea, porém, infelizmente, violências raciais ainda são visíveis e latentes em diversos ambientes na atualidade, por exemplo, nas instituições escolares.

As contribuições do feminismo negro, especialmente as de Lélia Gonzalez (2020), não se limitam aos espaços políticos e acadêmicos, mas perpassam o campo educacional. A escola, enquanto espaço de formação de sujeitos e de produção de saberes, deve ser repensada à luz dessas contribuições, uma vez que frequentemente reproduz práticas racistas e excludentes. Ao integrar os saberes do feminismo negro no ambiente escolar, é possível promover uma educação antirracista que valorize a diversidade e enfrente as opressões estruturais que afetam a população negra, especialmente as mulheres negras.

A escola, embora devesse ser um espaço de emancipação e reconhecimento social, muitas vezes atua como reproduutora de práticas racistas. Isso ocorre tanto por meio de abordagens pedagógicas omissas quanto pela manutenção de estereótipos em materiais didáticos, os quais reforçam uma imagem subalternizada da população negra. Essa reprodução evidencia-se em dados concretos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), enquanto 60,7% da população branca brasileira com 25 anos ou mais concluiu ao menos o ensino médio, apenas 47% das pessoas negras (pretas ou pardas) alcançaram o mesmo nível de escolarização, constituindo uma diferença de 13,7 pontos percentuais. Esses dados revelam não apenas desigualdades no acesso à educação, como a permanência de um sistema educacional que falha em promover a equidade racial.

Além disso, a não efetivação da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, demonstra como o Estado e as

instituições escolares frequentemente negligenciam suas responsabilidades no combate ao racismo. Quando as escolas ignoram ou minimizam a presença negra na formação histórica do país, elas colaboram para a invisibilização dessa população e para a reprodução de desigualdades. Dessa forma, é fundamental compreender que o racismo institucional, presente no sistema educacional, não é apenas um reflexo da sociedade, mas um mecanismo ativo de exclusão que pode – e deve – ser combatido por práticas pedagógicas antirracistas.

Dessa forma, tornou-se essencial investigar, com base em revisão de literatura, de que maneira a escola pode ser transformada em um espaço emancipador. A partir disso, surgiu o seguinte questionamento: “Como o movimento feminista negro pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação antirracista?”. Logo, este artigo tem como objetivo principal apresentar as contribuições do feminismo negro para a promoção de uma educação antirracista e emancipatória, analisando seus impactos no ambiente escolar.

Metodologia

Para este estudo, optou-se por uma revisão narrativa da literatura, por permitir uma abordagem ampla e contextualizada do tema, sem a proposição metódica da revisão sistemática. Essa modalidade possibilita maior flexibilidade na seleção de fontes e também favorece uma análise aprofundada do estado atual de um campo de conhecimento. A revisão narrativa visa mapear teorias, debates e tendências, contribuindo para a atualização crítica do tema, a identificação de lacunas na literatura e a proposição de novas investigações (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 85).

A busca pelos artigos foi realizada nas plataformas Capes e Google Acadêmico, utilizando os descritores “feminismo negro”, “educação antirracista” e “pedagogia”. Os critérios de inclusão consideraram textos que abordassem o contexto histórico do feminismo negro, a definição de educação antirracista e a intersecção entre ambos no contexto escolar. Foram excluídos os trabalhos que não tratavam diretamente dessas temáticas. Após a leitura dos títulos e resumos, dez artigos foram selecionados para leitura integral, além de um artigo adicional incluído por meio de análise das referências bibliográficas.

A análise dos textos foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011), composta por três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A categorização foi realizada por meio de leitura flutuante e codificação temática, sendo esta última guiada pela recorrência de unidades de registro previamente definidas com base no objetivo da pesquisa.

Resultados e Discussão

Conforme os objetivos deste trabalho, as categorias foram organizadas em sete tópicos, com o intuito de contextualizar o feminismo negro e suas contribuições para a construção de uma educação antirracista. As categorias abordam: (1) o movimento feminista negro e seu contexto histórico; (2) a violência sexista contra a mulher negra; (3) conceitos sobre o racismo; (4) poder das ativistas nos movimentos feministas e negro: a trajetória de Lélia Gonzalez; (6) o campo educacional como meio reproduutor de racismo; (7) feminismo negro como auxiliador para uma educação antirracista. O recorte específico em Lélia Gonzalez justifica-se pela recorrência de sua obra nos artigos selecionados, bem como pela centralidade de suas reflexões sobre a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, diretamente aplicáveis ao campo educacional.

Essas categorias foram definidas com o propósito de evidenciar como os conceitos-chave do feminismo negro se articulam com a escola como um espaço tanto de reprodução quanto de resistência às opressões. Ao discutir essas temáticas, busca-se compreender de que forma a educação pode deixar de reforçar desigualdades estruturais e, ao contrário, tornar-se um instrumento de emancipação social.

O movimento feminista negro e seu contexto histórico

Compreender o surgimento e a consolidação do feminismo negro é essencial para refletir sobre práticas educacionais que, historicamente, têm excluído ou silenciado as vozes das mulheres negras. A ausência de representatividade, a invisibilização das identidades negras e a imposição de padrões eurocentrados não se manifestam apenas nos espaços políticos e sociais, mas se reproduzem recorrentemente no cotidiano escolar. Ao ignorar a diversidade das experiências femininas negras, a escola reforça, frequentemente, desigualdades. Isso está presente nos materiais didáticos propostos, na ausência de referências negras no currículo e/ou na omissão em torno das discussões sobre racismo e sexism.

É importante abordar que o movimento feminista no Brasil surge do movimento de mulheres operárias que lutavam contra a opressão sexista pelos patrões sofrida no ambiente de trabalho, além da busca pelo direito de votar e ser votada (Santos, 2019). Foi assim que, nos primeiros anos do século 20, com o intuito de buscar melhorias nas condições trabalhistas e o direito ao voto feminino, iniciou-se o movimento feminista no Brasil. Esse movimento era liderado principalmente por mulheres brancas, de classe média alta e urbanas (Damasco;

Maio; Monteiro, 2012). Entretanto, as mulheres negras que estavam inseridas nessas lutas feministas se viam ocupando um lugar de não representatividade, pois suas realidades eram distintas das mulheres que estavam à frente do movimento.

Foi necessária, então, uma ruptura que permitisse a construção de uma pauta que contemplasse as especificidades das mulheres negras (Eiterer; Silva, 2022), por meio de um movimento antirracista que garantisse os direitos delas, historicamente marcadas pela opressão e pelo esquecimento. Surge, assim, a necessidade de nomear o movimento como “feminismo negro”, com o objetivo de visibilizar essas mulheres que, embora presentes nos debates feministas, não se sentiam representadas. Essa nomeação possibilitou a formulação de propostas direcionadas à realidade das mulheres negras, valorizando seus contextos e reconhecendo seu direito de fala (Silva, 2020b).

Com o avanço das discussões sobre identidade e classe social, na década de 1980 e início dos anos 1990, intensificaram-se as críticas ao fato de o movimento feminista negro continuar centrado em mulheres brancas. Nesse período, durante o III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Bertioga/SP, as mulheres negras apresentaram demandas nos âmbitos da violência doméstica, do racismo e do sexismo. A articulação entre raça, gênero e classe começou, então, a ganhar força como elemento estruturante das discussões feministas negras.

Um marco importante dessa trajetória foi em 1975, quando feministas se reuniram na Associação de Imprensa para o Congresso de Mulheres Brasileiras, evento realizado no contexto do Ano Internacional da Mulher. Nesse encontro, Lélia Gonzalez e suas companheiras apresentaram um documento que denunciava a opressão e a exploração enfrentadas pelas mulheres negras (Rodrigues; Freitas, 2021). A denúncia dessas violências tinha como foco a exigência de direitos e o reconhecimento das especificidades das mulheres negras na sociedade.

Dessa forma, o feminismo negro começa a ter como pilares a construção de uma identidade negra positiva e a coerência de pautas voltadas a essas mulheres (Santos, 2019). Por meio desse movimento, as mulheres negras ocuparam seus lugares de fala, reivindicaram direitos e construíram novas perspectivas sobre seu papel na sociedade (Silva, 2020a). As reflexões e mobilizações desenvolvidas no interior do feminismo negro não apenas promoveram mudanças políticas e sociais, como também ofereceram contribuições fundamentais para o campo da educação. Ao propor uma escuta ativa das vivências de mulheres negras, o movimento incide diretamente sobre como o currículo escolar é construído, como as relações étnico-raciais são discutidas e como a diversidade cultural é

valorizada. Nesse sentido, pensar o feminismo negro é pensar em como construir uma educação antirracista que seja crítica, inclusiva e transformadora.

A violência sexista contra as mulheres negras

Teoricamente, o sexismo baseia-se na ideia de uma supremacia entre os sexos, sustentando a crença de que um sexo seria naturalmente superior ao outro. Para justificar essa hierarquização, recorre-se frequentemente a argumentos biológicos, como características físicas, com a finalidade de sustentar a noção binária de que existem apenas dois sexos e, portanto, papéis sociais fixos e desiguais (Kerner, 2012).

Na prática, o sexismo se manifesta de forma ainda mais intensa quando atravessado pelo fator racial. As mulheres negras, por muito tempo, foram excluídas dos privilégios que as mulheres brancas conquistaram por meio das lutas feministas, tendo suas pautas constantemente relegadas a segundo plano. Essa exclusão reflete-se em dados concretos, como os índices de desemprego: enquanto as mulheres negras apresentam taxas de 27,6%, as mulheres brancas registram 20,3%, revelando uma preferência estrutural por um ideal de beleza branco e eurocentrado (Carneiro, 2015).

Além disso, a desigualdade se aprofunda no campo profissional. Para alcançar salários equivalentes aos das mulheres brancas, as mulheres negras precisam estudar, em média, onze anos – aproximadamente quatro anos a mais. Essa disparidade evidencia como o racismo e o sexismo se combinam para limitar as oportunidades dessas mulheres, reforçando uma lógica que as restringe a funções historicamente desvalorizadas e a ideia de qual espaço social a mulher negra “pode” ocupar, sobretudo no mundo do trabalho. A violência sexista contra essas mulheres impede o acesso a cargos de prestígio e, nesse contexto, uma pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça e Segurança Pública apontou que 79% da mão de obra feminina negra está concentrada nos serviços domésticos: 51% como empregadas domésticas e 28,4% em funções de servidão, como lavadeiras e cozinheiras (Carneiro, 2015).

Essas desigualdades não se restringem ao mercado de trabalho: elas se iniciam e se reproduzem, com frequência, no ambiente escolar. As escolas, muitas vezes, contribuem para a perpetuação dessas violências ao ignorar ou negligenciar a presença de mulheres negras em seus currículos e práticas pedagógicas. Segundo Nilma Lino Gomes (2012), os currículos escolares tradicionais reforçam padrões eurocêntricos e silenciam os saberes das populações negras, criando um processo de exclusão simbólica que impacta diretamente na formação da

identidade dos estudantes. Essa invisibilização afeta especialmente as meninas negras, que crescem sem referências positivas de si na educação formal, o que repercute em sua autoestima, em suas aspirações profissionais e em seu desempenho escolar.

Nesse sentido, a proposta do feminismo negro, ao trazer para o centro do debate a escuta das experiências e a valorização da identidade negra, oferece subsídios teóricos e políticos fundamentais para a construção de uma educação antirracista. Como defende bell hooks (2013), a educação deve ser entendida como prática da liberdade, capaz de romper com as estruturas que mantêm os sujeitos oprimidos em lugares fixos de exclusão. Para a autora, ensinar é também um ato político, e só haverá transformação se a escola se comprometer com o enfrentamento das desigualdades estruturais, promovendo o reconhecimento e a valorização da diversidade em todos os níveis da formação humana.

De modo geral, com relação à reflexão sobre a exclusão estrutural das mulheres negras, é importante considerar que as violências racistas e sexistas que atingem essas mulheres vão muito além do campo profissional e econômico. Na entrevista com a professora Christen A. Smith³ (Sousa; Silva; Jardim, 2022), é exposto que o estudo sobre mulheres negras não se resume à produção acadêmica ou à junção de leituras, mas sim ao compromisso com a visibilidade de uma população historicamente marginalizada e violentada. Para a entrevistada, observar essas trajetórias é compreender como as violências estatais operam sobre esses corpos, deixando sequelas profundas, tanto físicas quanto subjetivas, e como essas práticas de opressão não podem ser naturalizadas (Souza; Silva; Jardim, 2022). Smith ilustra essa realidade com o relato de uma mulher negra que, ao ser parada por policiais enquanto pilotava uma moto com o filho, solicitou ser revistada por uma policial. O pedido foi ignorado e, ao contrário, ela foi brutalmente agredida, presa e, após cinco dias, faleceu em decorrência dos ferimentos. O impacto dessa violência, como destaca a autora, não se restringe à vítima direta, mas atinge seus filhos, familiares e toda a rede afetiva ao redor, demonstrando que o racismo e o sexism produzem efeitos em múltiplas dimensões da vida social.

Essa lógica de desumanização está enraizada em construções históricas que moldaram o papel social destinado às mulheres. No caso das mulheres brancas, construiu-se o ideal de fragilidade, que as restringia ao ambiente doméstico e ao cuidado da família (Ramos; Marhold; Weber, 2022). Por outro lado, às mulheres negras foi atribuído o lugar do corpo servil, explorável tanto economicamente quanto sexualmente. Angela Davis (2016) lembra

³ Christen A. Smith é antropóloga, professora da Universidade do Texas e pesquisadora de temas como violência de Estado, racismo antinegro e seus efeitos sobre a comunidade e mulheres negras. Ademais, é graduada pela Universidade de Princeton (Nova Jersey /Estados Unidos da América – EUA).

que, durante a escravidão, quando era conveniente aos senhores, essas mulheres eram tratadas como força de trabalho equivalente à dos homens. Contudo, em outros momentos, eram reduzidas à condição de fêmeas, apropriadas para a exploração sexual – um legado de opressão que ainda reverbera na invisibilidade atual. Como apontam hooks (2013) e Gomes (2017), pensar a educação como prática da liberdade exige reconhecer essas camadas de violência histórica e estrutural, bem como construir uma pedagogia que confronte as desigualdades raciais e de gênero. Portanto, refletir sobre o sexismo e o racismo que afetam as mulheres negras é também propor uma escola que rompa com o silêncio e com o apagamento, tornando-se, de fato, um espaço de escuta, acolhimento e transformação social.

Dentro do conceito socialmente construído para as mulheres negras, observa-se que elas têm ocupado um lugar de esquecimento e marginalização. Nas discussões sobre racismo e gênero, os sujeitos mais frequentemente considerados são homens negros ou mulheres brancas, o que revela uma interseccionalidade negligenciada e um apagamento das experiências específicas das mulheres negras (Silva, 2020a). Nesse horizonte, o feminismo negro surge como resposta a essa invisibilidade, com o objetivo de reconhecer as práticas violentas que afetam essas mulheres direta e indiretamente. Busca-se, por meio desse movimento, promover a escuta, a denúncia e a responsabilização pelas injustiças cometidas contra essas populações (Souza; Silva; Jardim, 2022).

Assim sendo, o sexism, alicerçado na ideia de supremacia entre os sexos, utiliza argumentos biológicos para naturalizar desigualdades e legitimar a dominação masculina. Na prática, isso resulta em uma histórica negação dos privilégios conquistados pelas mulheres brancas às mulheres negras. As pautas específicas das negras foram, durante muito tempo, secundarizadas ou desconsideradas nos movimentos feministas tradicionais, reforçando o ciclo de exclusão e silenciamento. Esses mecanismos de opressão também se reproduzem no espaço escolar, onde a ausência de políticas curriculares voltadas à diversidade racial e de gênero contribui para o não reconhecimento das experiências vividas por alunas negras. Como afirma Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), é fundamental que os processos de ensino e aprendizagem considerem as relações étnico-raciais para que a escola não reforce as hierarquias sociais, mas atue como agente de transformação. O feminismo negro, ao abordar essas múltiplas formas de violência e exclusão, propõe uma nova ética educacional baseada na justiça, na escuta ativa e na valorização da identidade negra. Incorporá-la à prática pedagógica é reconhecer que a educação antirracista só será efetiva quando também for antissexista e interseccional.

Conceitos sobre racismo

O termo “raça” foi historicamente utilizado para justificar desigualdades e discriminações com base em diferenças físicas, atribuindo aos brancos uma suposta superioridade. Nessa perspectiva, compreende-se o racismo como “uma forma sistemática de discriminação a qual se fundamenta na raça, e se manifesta no comportamento de indivíduos ou nas relações de desvantagens e privilégios existentes na sociedade e determinadas pela noção de raça” (Santos; Thomazini, 2022, p. 9).

Para Cerqueira e Moura (2014), a discriminação ocorre quando se distingue uma raça da outra injustamente, partindo da crença de que certos grupos possuem características físicas inferiores ou indesejáveis, o que legitima ideologicamente a ideia de superioridade racial. No Brasil, o racismo carrega os traços da escravidão. Mesmo após a abolição da escravatura, a população negra foi deixada às margens da sociedade, submetida a um sistema que continua operando a exclusão por meio de práticas e estruturas institucionalizadas.

Santos e Thomazini (2022) identificam três tipos de racismo: o individualista, o institucional e o estrutural. O primeiro se refere a atitudes racistas baseadas em comportamentos individuais, geralmente negadas ou naturalizadas. Enquanto isso, o racismo institucional decorre do funcionamento desigual das instituições – como escolas, hospitais, tribunais e polícias – que produzem ou reproduzem desigualdades raciais. Por fim, o racismo estrutural está presente na base da organização social, moldando instituições, leis, políticas públicas e relações cotidianas, o que explica sua persistência e naturalização.

No contexto do racismo institucional, é possível exemplificá-lo pelo sistema policial, em que, segundo Cerqueira e Moura (2014, p. 76): “essas organizações constituem a ponta do sistema de justiça criminal mais perto do cidadão e, portanto, são elas que primeiro deveriam resguardar os direitos civis, a isonomia de tratamento ao cidadão e a sua incolumidade física”. No entanto, recorrentemente, o que se observa é a seletividade penal e o uso abusivo da força contra corpos negros.

A professora Christen A. Smith destaca a banalização da morte de pessoas negras no Brasil. Crianças negras assassinadas por erro policial ou por serem confundidas com criminosos ilustram como a violência racial é naturalizada, e como o silêncio e a inação diante desses crimes tornam a sociedade conivente (Sousa; Silva; Jardim, 2022). Essas ações revelam o quanto o racismo é estruturante e molda comportamentos sociais, políticas públicas e até o imaginário coletivo.

Nesse cenário, o feminismo negro se propõe a analisar criticamente essas estruturas, visibilizando as violências que incidem sobre a população negra, em especial sobre as mulheres, e buscando caminhos para a justiça e o reconhecimento social. Contudo, é essencial considerar que essas mesmas estruturas racistas ainda se manifestam no ambiente escolar.

A escola, enquanto instituição social, não está isenta dos efeitos do racismo institucional e estrutural. Como destaca Nilma Lino Gomes (2012), os currículos escolares tradicionalmente reproduzem uma lógica eurocentrada, silenciando as vozes e os saberes da população negra. A ausência de referências positivas, de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira, e a falta de formação adequada dos professores para lidar com as relações étnico-raciais contribuem para a manutenção das desigualdades no ambiente escolar. A educação antirracista demanda o reconhecimento dessas estruturas e o compromisso com sua transformação.

O papel do feminismo negro na decolonialidade

As questões de gênero, classe e raça são complexas e, nos espaços de poder, historicamente desiguais devido à construção social sustentada pelo pensamento eurocêntrico e imposto pela lógica colonial, ainda reverberante na atualidade. Nesse sentido, o pensamento feminista negro busca potencializar o conceito de decolonialidade ao denunciar essas relações de opressão e hierarquização social (Barbosa; Pires, 2021). A colonialidade é um elemento estruturante do poder capitalista global, que divide a sociedade em dois polos – centro e periferia – e atua como produtora e reproduutora do racismo estrutural, reforçando desigualdades e exclusões.

Além de operar como mecanismo de opressão social, a colonialidade institui uma lógica racializada que universaliza o ideal branco europeu como norma. Essa ideologia, como aponta Andrade (2018, p. 76), “possibilitou a animalização, inferiorização e hipersexualização dos povos negros, legitimando a escravidão e a perpetuação, séculos depois, das condições degradantes de trabalho.” No Brasil, essa lógica se manifesta por meio do imaginário eurocêntrico que nega o racismo e propaga a ideia de uma harmonia racial ilusória, legitimando, de forma quase imperceptível, diversas formas de discriminação (Barbosa; Pires, 2021).

O feminismo negro, ao enfrentar essas estruturas, propõe a desconstrução dos padrões impostos pela colonialidade. A partir da crítica ao capitalismo racializado, que utiliza a categoria “raça” para sustentar sistemas de exploração, o feminismo negro atua na promoção

da autonomia, da dignidade e da liberdade de sujeitos historicamente subalternizados. Seu papel na decolonialidade é, portanto, fundamental, pois oferece um projeto político e epistêmico alternativo ao modelo hegemônico, propondo práticas de resistência, valorização da identidade negra e emancipação das opressões de gênero, raça e classe.

Contudo, como destaca Silva (2020b), é necessário considerar as múltiplas realidades que compõem os grupos minoritários e denunciar as formas específicas de opressão vividas por esses sujeitos ao longo da história. A decolonialidade exige, assim, um movimento de reinvenção contínua das formas de ser, saber e existir (Eiterer; Silva, 2022). No contexto do feminismo, essa exigência torna-se ainda mais urgente quando se observa que, muitas vezes, o movimento ignora os marcadores de raça e classe, revelando-se excludente para mulheres negras e periféricas. O feminismo negro, nesse sentido, representa uma resposta decolonizadora ao desafiar a normatividade imposta pelo pensamento eurocêntrico.

Esse enfrentamento se projeta diretamente no campo educacional. A escola, enquanto espaço formativo e reproduutor de saberes, não está isenta da lógica colonial que sustenta as desigualdades. Como afirma Gomes (2012), os currículos escolares frequentemente reproduzem epistemologias ocidentais que silenciam a produção de conhecimento negro, negando às crianças e jovens negros o direito à representatividade e ao pertencimento. Nesse cenário, o feminismo negro contribui para a descolonização da educação ao reivindicar práticas pedagógicas que rompam com o silenciamento histórico, reconheçam as múltiplas identidades e saberes e promovam uma escuta ativa das subjetividades negras.

Inspirada por essa proposta, bell hooks (2013) defende uma educação como prática da liberdade, na qual o ato de ensinar se torna um gesto político e afetivo. A decolonialidade, nesse contexto, não se dá apenas pela inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, mas, sobretudo, pela reformulação do próprio modo de ensinar, valorizando vozes até então marginalizadas. Dessa forma, incorporar o pensamento feminista negro no campo educacional é um passo indispensável para a construção de uma educação verdadeiramente antirracista, libertadora e transformadora.

Poder das ativistas nos movimentos feministas e negro: a trajetória de Lélia Gonzalez

O movimento feminista negro começa a ganhar ênfase no Brasil a partir da década de 1970, mas é nos anos 1980 que se consolida como um movimento autônomo nas organizações sociais, tendo a presença marcante de ativistas negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, entre outras (Rodrigues; Freitas, 2021). Essas

mulheres, intelectuais engajadas, foram fundamentais para a construção de uma agenda própria do feminismo negro, articulando as opressões de gênero, raça e classe em uma perspectiva interseccional. A atuação delas foi decisiva para a organização de uma frente política e teórica independente, que denuncia a invisibilidade das mulheres negras nos movimentos feministas liderados majoritariamente por mulheres brancas.

Em geral, as ativistas negras também participaram ativamente das lutas contra a ditadura militar, atuando como sujeitos políticos que tensionavam tanto o racismo quanto o sexismio institucional. Um marco importante dessa trajetória foi a Solenidade pelo Ano Internacional da Mulher, em 1975, quando Lélia Gonzalez liderou a apresentação de um manifesto que denunciava as práticas opressoras e exploratórias sofridas por mulheres negras. Esse documento, conhecido como *Manifesto das mulheres negras*, é um dos primeiros registros formais que apontam os limites do feminismo branco e a necessidade de um movimento que atendesse às especificidades das mulheres negras.

Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte/MG, em 1935, mas construiu sua trajetória educacional e política no Rio de Janeiro/RJ. Graduou-se em História e Filosofia e atuou como professora universitária, antropóloga e militante do movimento negro e feminista. Fundadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras –, organizou discussões voltadas à denúncia do racismo e à valorização da cultura afro-brasileira, especialmente com mulheres de baixa renda (Andrade, 2018). Outrossim, foi fundadora do Movimento Negro Unificado e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Sua atuação entre os campos do feminismo e do antirracismo revelou como as opressões de raça, gênero e classe são estruturantes da sociedade brasileira, sendo uma das primeiras intelectuais a propor uma análise interseccional dessas categorias no país (Rodrigues; Freitas, 2021).

Para além de seu ativismo político, Lélia Gonzalez (2020) desenvolveu reflexões que influenciam diretamente o campo da educação. Ao propor o conceito de “amefrikanidade”, a autora questiona a hegemonia eurocêntrica na produção de conhecimento e convida à valorização das epistemologias afro-brasileiras. Esse pensamento se relaciona com a urgência de descolonizar o currículo escolar, promovendo uma educação antirracista e libertadora. Como destaca Nilma Lino Gomes (2017), o legado de Gonzalez está na articulação entre teoria e prática, que possibilita transformar a escola em um espaço de resistência e afirmação identitária para estudantes negros.

Além disso, o trabalho pedagógico de Lélia Gonzalez com comunidades de mulheres negras de baixa renda revela uma educação voltada para a autonomia e a reconstrução da autoestima racial. Essa perspectiva é fortemente alinhada ao pensamento de bell hooks

(1995), que propõe uma educação como prática da liberdade, ou seja, uma pedagogia comprometida com o rompimento das opressões e com o empoderamento dos sujeitos historicamente marginalizados.

Assim, a atuação de Gonzalez extrapola os limites da militância política e contribui diretamente para a construção de uma educação antirracista, decolonial e transformadora. Sua trajetória inspira educadores a repensar o currículo, a prática docente e como a escola pode se tornar, efetivamente, um espaço de emancipação.

O campo educacional como meio reproduutor de racismo

A invisibilidade da mulher negra se apresenta em um modelo fundante da sociedade, enquanto o racismo estrutural se reflete nas relações e nas instituições. Esse modelo pode ser notado nos ambientes escolares, especialmente como reproduutor de práticas racistas. Esses estigmas são evidenciados a partir da forma como a sociedade negra é retratada no campo educacional, sendo reduzida apenas às histórias da escravidão, principalmente pelo material didático. Nesse contexto, a mulher negra é visualizada a partir da concepção de servidão, minimizando seus papéis na sociedade como domésticas e babás, enquanto os homens são retratados aos serviços braçais (Santos; Thomazini, 2022).

Esse papel de esquecimento e subalternação ocupado pela população negra é naturalizado pela sociedade, reforçando o imaginário de invisibilidade que propõe que os negros ocupem os postos mais inferiorizados – sejam eles no trabalho ou no meio político (Parente; Teodosio; Alves, 2021). Para que essas práticas opressoras perdurem até os dias atuais, é facilmente possível utilizar diferentes meios de comunicação para transpor os pensamentos racistas de forma naturalizada.

Quando a vida estudantil se torna uma dificuldade diante da cor de pele que se tem, diversos obstáculos são acarretados para adentrar nos ambientes educacionais. Mesmo que seja possível a ingressão no ensino superior, as condições de permanência podem ser um fator contribuinte para a desistência dos estudos, pois, diante da realidade da maioria da população negra – em especial das mulheres negras –, muitas pessoas necessitam trabalhar e estudar, o que aumenta o baixo desenvolvimento de aprendizagem (Ramos; Marhold; Weber, 2022). O racismo se encontra em diversas relações e, no ambiente escolar, essa prática pode se tornar ainda mais latente a partir de sua reprodução, afetando diariamente a vida e a rotina das pessoas negras.

O espaço escolar torna-se um ambiente reprodutor de racismo, a partir do momento que compactua ou não se impõe diante de práticas racistas. Ribeiro (2018) expõe situações que demonstram como a escola pode se tornar um ambiente opressor e assustador durante o período de permanência. A autora relata que, durante sua vida escolar, sentiu medo e vergonha constante, acreditando que, por sua cor de pele, não seria compreendida em sala de aula. Muitas vezes, mesmo sabendo a resposta das perguntas feitas por seus professores, não cogitava levantar as mãos, pois sabia que não seria ouvida, ou sua resposta seria rebaixada, acreditando-se que ela não podia compreender os assuntos abordados em sala de aula.

Nesse sentido, a escola pode ser compreendida como um ambiente de dois pilares, sendo um de violências racistas com práticas opressoras e outro com potencial de emancipação e desconstrução. Contudo, de qualquer modo, a escola e sua estrutura educacional é compactuante com as opressões “pois ao ignorar as inúmeras contribuições do povo negro na formação do Brasil, afasta seu importante papel na formação do povo brasileiro e na construção da nação” (Parente; Teodosio; Alves, 2021, p. 907). Por exemplo, Ribeiro (2018) relata que, além das ofensas por parte dos colegas, sofria solidão durante os intervalos, pois a ela não era nem cogitada a participação em eventos escolares. A autora apontou o desgosto ao saberem de sua facilidade em ler e, desse modo, foi necessário que implorasse para participar da leitura no dia do livro – a qual foi aceita somente após a aluna branca não estar presente na aula.

O ambiente educacional é cercado por conservadorismo ao não reconhecer como se dão as relações raciais, de gênero e classe, ou ao validá-las. Ademais, pela falta de interpretação das realidades e a imparcialidade na construção de atividades com foco nesses debates, propondo, até mesmo, conteúdos com teor racista (Parente; Teodosio; Alves, 2021).

Para Andrade (2018), poucos são os profissionais da educação que levam contribuições da população negra para o campo educacional, que buscam incluir os acontecimentos históricos das populações africanas escravizadas para a sala de aula. As estruturas curriculares das escolas são materiais que contribuem para que o racismo se torne corriqueiro no âmbito educacional, colocando negros em postos estereotipados sem demonstrar a contribuição desse povo para a história do país. Isso é apontado pela autora, ao afirmar que:

Há décadas reproduz para a educação básica o cânone da mestiçagem e da democracia racial. Nas aulas de história, sociedades africanas só aparecem no contexto da escravidão. Os negros e indígenas brasileiros, por sua vez, ocupam o local do folclórico e do exótico, não sendo representados como sujeitos históricos participes (Andrade, 2018, p. 78).

Conforme Silva (2020b), a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfrentou intervenções do governo após a crise de 2016, carregando um arsenal de conservadorismo. Com isso, formaram-se dois pilares antagônicos: de um lado, aqueles que representavam os interesses do mercado e, de outro, o grupo que se opunha a tais interesses. No trecho em que trata da Educação para as Relações Étnico-Raciais, comprehende-se que a proposta é promover uma educação antirracista. No entanto, segundo a análise do autor, a seção do ensino fundamental foi silenciada, sem apresentar atividades que possibilitassem reflexões aos educandos. No ensino médio, os apontamentos seguem a mesma lógica do ensino fundamental: os conteúdos étnico-raciais aparecem apenas como conteúdos incluídos no currículo nas disciplinas básicas, sem a indicação de práticas que favoreçam a transversalidade e intersecção.

Com base nas análises, é necessário refletir o campo histórico da população negra, a fim de compreender como a reprodução do racismo e sexismo pode afetar bruscamente a vida social e profissional de mulheres e homens negros. Na busca de minimizar os impactos negativos na sociedade negra, o feminismo negro colabora para as opressões serem vistas, além da possibilidade em ser um auxiliador no campo educacional (Ramos; Marhold; Weber, 2022). A escola, como ambiente reproduutor de práticas racistas, reforça a invisibilidade e impõe posições inferiores no trabalho e na política para a mulher negra. Juntamente com a indústria cultural, contribui para a perpetuação dessas práticas opressoras. Além disso, a discriminação racial afeta a entrada e a permanência das pessoas negras nos ambientes educacionais, prejudicando o desenvolvimento acadêmico. No entanto, também pode ser um espaço de emancipação e desconstrução.

Feminismo negro como auxiliador para uma educação antirracista

No Brasil, as práticas pedagógicas não auxiliam na contribuição dos conhecimentos sobre os povos africanos no âmbito educacional, culminando com que as práticas tenham como base de origem a filosofia ocidental, o que faz com que a filosofia africana seja emergida no esquecimento. No entanto, a escola é a instituição responsável por ministrar conhecimentos que transmitam as contribuições sobre a cultura africana, a fim de diluir os

estereótipos que cercam o negro, revelando os meios e os espaços que incentivam as atitudes racistas. Diante disso, a escola é uma das instituições fundamentais para a produção de conhecimentos decolonizadores, ou seja, que buscam desprender as representações negativas construídas pela sociedade em torno da população negra (Andrade, 2018).

Ao falarmos de uma educação decolonial, o feminismo negro se apresenta como ferramenta para auxiliar a educação antirracista, por ser por meio dela que se pode notar criticamente a desumanização das minorias construídas pela modernidade (Silva, 2020b). O feminismo negro é um movimento no qual as mulheres buscam seus direitos e deveres visando igualitarismo na sociedade, sendo que foi por meio desse movimento que possibilitou a elas conquistarem direitos sociais e políticos.

Andrade (2018) aponta que os movimentos negros têm sido grandes aliados para o âmbito da educação. Acredita-se que os grupos negros, diante de suas características culturais, religiosas, políticas e artísticas, colaboram para uma valorização das histórias negras no Brasil, buscando um meio de superação do racismo. É possível compreender que “os movimentos sociais são percebidos e analisados como atores políticos, produtores e agentes sistematizadores de saberes, que conta com a contribuição de pesquisadoras/es, artistas, educadores, lideranças comunitárias, entre outras” (Andrade, 2018, p. 79).

Indubitavelmente, os movimentos negros são contribuintes para uma educação antirracista. Entretanto, há uma necessidade de mudança no contexto escolar e no currículo. Santos e Thomazini (2022) analisaram esses vieses na BNCC, que compõem um pensamento de inversão sobre o que é estruturado na sociedade em torno das populações minoritárias. O documento apresenta alguns pontos que demonstram o reconhecimento da população negra na história da sociedade brasileira, citando o “respeito à pluralidade cultural, social e políticas” (Brasil, 2018, p. 398) como meio para reconhecer as diferenças de maneira respeitosa.

Ao perceber que os documentos que regem as escolas apontam respeito em relação aos acontecimentos históricos da população negra, Andrade (2018) assinala que os conhecimentos emancipatórios que vêm se construindo nos chãos escolares são decorrentes do papel educativo dos movimentos negros. Contudo, para compreender os papéis sociais e políticos na sociedade, é necessário que se tenha conhecimento sobre os postos que exercem. A educação capacita seus cidadãos a entenderem a sua contribuição e deveres no meio social, assim, é possível visualizar espaços de opressão e buscar resoluções. Então, discutir sobre racismo e sexismos nos ambientes escolares é um dos meios para expor as discriminações nesses locais, promovendo a intelectualidade dessas pessoas. A partir disso, se reconhece as discriminações

sofridas por essa população e, por meio do conhecimento, se desenvolve a capacidade para buscar mudança (Silva, 2020a).

Um dos métodos introdutórios para conhecer a cultura afro-brasileira e reconhecer as formas de opressão foi a partir da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade de discutir o tema “História e Cultura Afro – Brasileira e Indígena”. Além disso, a Lei supracitada efetivou a inclusão do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar, possibilitando no ambiente escolar discussões relacionadas ao tema (Brasil, 2008). A implementação dessa Lei foi uma conquista das lutas dos movimentos negros – incluindo o feminismo negro –, que buscam incessantemente a recuperação das histórias das pessoas negras, principalmente das mulheres. Assim, foi possível uma nova interpretação dessas histórias, ampliando para além das figuras negativas inseridas nos currículos (Andrade, 2018).

O conhecimento não se dá, necessariamente, no âmbito escolar, pois o acesso à educação no que diz respeito à população negra ainda é precário. Sabendo disso, em 2018, algumas mulheres negras se juntaram e criaram uma coletiva denominada “Coletiva Mulheres da Quebrada”, a fim de atender à comunidade “Aglomerado de Belo Horizonte”, diante de suas demandas. A coletiva buscava concentrar atendimentos às mulheres que sofriam algum tipo de violência, desenvolvendo práticas que traçavam objetivos de emancipação social, por meio do trabalho de psicólogas, professoras, pesquisadoras das relações étnico-raciais e artistas (Eiterer; Silva, 2022). Essa coletiva, atualmente, oferece atividades que protagonizam essas mulheres negras violentadas, além de abrir espaço para que elas tenham suas vozes ouvidas. Diante da realidade de opressão que a população negra sofre e a reafirmação do racismo no cotidiano, principalmente escolar, a coletiva de mulheres destaca-se como uma prática em conjunto com a comunidade. Ela aponta meios para uma emancipação de uma população por meio da educação, oferecendo acesso ao conhecimento e contribuindo para a valorização de uma educação antirracista.

Considerações finais

Diante da análise apresentada, conclui-se que o feminismo negro oferece importantes ferramentas teóricas e políticas para repensar a educação brasileira a partir de uma perspectiva antirracista, decolonial e emancipatória. Ao reconhecer as especificidades das mulheres negras – historicamente marginalizadas nos espaços sociais, políticos e escolares –, o movimento propõe uma reconfiguração dos saberes, da escuta e da representatividade no

ambiente escolar. As contribuições de autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes e bell hooks evidenciam que transformar a escola em um espaço de emancipação exige romper com práticas pedagógicas eurocentradas, revisar o currículo e assegurar a aplicação efetiva da Lei nº 11.645/2008.

Além disso, o artigo evidenciou que as violências racistas e sexistas, mesmo quando não explícitas, moldam trajetórias escolares e profissionais de mulheres negras. Assim, o feminismo negro, ao articular raça, gênero e classe, permite compreender essas estruturas e construir caminhos de resistência e superação na educação formal.

Portanto, a incorporação do feminismo negro no campo educacional não deve se limitar à inclusão de conteúdos pontuais no currículo, mas sim constituir-se como uma prática constante de valorização das identidades negras, combate ao racismo institucional e formação de sujeitos críticos. Cabe às instituições escolares e aos educadores assumirem um compromisso com a justiça social, reconhecendo o saber negro como parte legítima e fundamental da construção do conhecimento.

Referências

ANDRADE, M. P. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. **Interritórios**, Caruaru, v. 4, n. 6, p. 75-92, 2018. DOI 10.33052/inter.v4i6.236738. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/236738>. Acesso em: 25 set. 2025.

BARBOSA, C. F.; PIRES, E. O. Feminismos negros e decolonialidade. **Odeere**, Jequié, v. 6, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2021. DOI 10.22481/odeere.v6i01.8468. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/8468>. Acesso em: 25 set. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexism e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2015.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. DOI 10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682020000100006&script=sci_abstract. Acesso em: 27 maio 2025.

CERQUEIRA, D. R. C.; MOURA, R. L. Vidas perdidas e racismo no Brasil. **Publicatio UEPG**: Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, v. 22, n. 1, p. 73–90, jan./jun. 2014. DOI 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.22i1.0007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/6320>. Acesso em: 8 maio 2023.

COSTA, S. S. Trajetória do feminismo negro no Brasil: movimentos e ações políticas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., 2020, [S. l.]. **Anais** [...]. [S. l.]: UFRPE, 2020. p. 1-17.

DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NL5Bs6zRGHzCZ8859x9dS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2025.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EITERER, C. L.; SILVA, T. N. Uma reflexão sobre a atuação de uma coletiva de mulheres negras na perspectiva da decolonialidade. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 14, n. 2, p. 115-133, maio/ago. 2022. DOI 10.12957/periferia.2022.65014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/65014>. Acesso em: 25 set. 2025.

FERNANDES, A. C. R. A voz dissonante de Lélia Gonzalez e o feminismo negro no Brasil. **Amérique Latine Histoire et Mémoire**. Les Cahiers ALHIM, [S. l.], v. 42, 2021. DOI 10.4000/alhim.10346. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/10346>. Acesso em: 27 maio 2025.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 98–109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>. Acesso em: 27 maio 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. DOI 10.1590/%25x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 27 maio 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 93, p. 45–58, jul. 2012. DOI 10.1590/S0101-33002012000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xpdJwv86XT8KjcpvkQWHKCr/>. Acesso em: 27 maio 2025.

MOREIRA, N. R. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://www2.uesb.br/geppce/wp-content/uploads/2019/06/O-feminismo-negro-brasileiro-um-estudo-do-movimento-de-mulheres-negras-no-Rio-de-Janeiro-e-S%C3%A3o-Paulo-NUBIA.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

PARENTE, D. P.; TEODOSIO, S. S.; ALVES, F. R. V. Decolonizar é preciso: pensando a escola e o currículo para a superação do racismo. **Educar Mais**, Pelotas, v. 5, n. 4, p. 901–916, 2021. DOI 10.15536/educarmais.5.2021.2519. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2519>. Acesso em: 29 nov. 2024.

RAMOS, D.; MARHOLD, L. M.; WEBER, V. B. P. Z. Feminismo negro: um movimento que transformou a inserção de mulheres negras em âmbitos sociais e educacionais. **Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília, v. 4, n. 3, p. 3-14, 2022. DOI 10.36732/riep.vi.139. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/139>. Acesso em: 25 set. 2025.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 34, p. e238917, 2021. DOI 10.1590/0103-3352.2021.34.238917. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSRPHzdDzVpBYMq/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2025.

SANTOS, I. B.; THOMAZINI, T. D. R. Racismo, feminismo negro e educação: racismo, feminismo negro e educação. **Revista Brasileira de Educação e Inovação da Univel**, Cascavel, v. 1, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.univel.br/ojs/index.php/rebeis/article/view/173>. Acesso em: 25 set. 2025.

SEBASTIÃO, A. A. Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 64-77, mar./jun. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/308>. Acesso em: 25 set. 2025.

SILVA, C. A educação étnico-racial na Base Nacional Comum Curricular: invisibilidade ou promoção de uma educação antirracista? In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 25., 2020a, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2020a. p. 1-9.

SILVA, F. H. S. A educação a partir do feminismo negro. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 93-107, set./dez. 2020b. DOI 10.30749/2594-8261.v4n3p93-107. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/332>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489–506, set./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745>. Acesso em: 27 maio 2025.

SOUZA, A. T.; SILVA, U.; JARDIM, F. Feminismo negro: pedagogias, epistemologias, ético-políticas e métodos. Entrevista com Christen A. Smith. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. e201948002002, 2022. DOI 10.1590/S1678-4634202248002002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/n4TZ7pVc35QYDyfpTPn9YVp/>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, A. C. T. O feminismo negro no brasil e o enfrentamento das opressões de classe, raça e gênero. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 405–420, jan./abr. 2019. DOI 10.34019/2447-5246.2019.v23.26043. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/26043>. Acesso em: 29 nov. 2024.

Submetido em 29 de novembro de 2024.
Aprovado em 7 de abril de 2025.